



CENTRO UNIVERSITARIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ÁREA: CONTABILIDADE PÚBLICA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA (TCC)

A IMPORTÂNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS FUNDAÇÕES DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

CRISTIANE MASCARENHAS MENDES DA SILVA
RA Nº 2035165/3

Professor Orientador: Antônio Eustáquio Corrêa da Costa

Brasília/DF, Novembro de 2007.

CRISTIANE MASCARENHAS MENDES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS FUNDAÇÕES
DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof. Orientador: Antônio Eustáquio
Corrêa da Costa

Brasília/DF, Novembro de 2007.

CRISTIANE MASCARENHAS MENDES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS FUNDAÇÕES
DE APOIO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR**

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof. Orientador: Antônio Eustáquio
Corrêa da Costa

Banca examinadora:

Professor Orientador: Antônio Eustáquio Corrêa da Costa

Professor Convidado: João Alberto de Arruda

Professor Convidado: João Amaral de Medeiros

Brasília/DF, Novembro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer ao nosso senhor Jesus Cristo e a Deus por todas as vezes que chorando lhes dizia que não mais continuaria e eles me confortavam enviando-me pessoas maravilhosas e colocando-as as em meu caminho.

Obrigada meu Deus pela oportunidade de ver o quanto estas pessoas são especiais e o quando gostam de mim.

Amém!!!

RESUMO

SILVA, Cristiane Mascarenhas Mendes da. A importância da prestação de contas das fundações de apoio às instituições federais de ensino superior. Pág. 27. Monografia acadêmica. Curso de Ciências Contábeis. Brasília: UniCEUB, 2007.

Este trabalho foi elaborado sobre o tema Prestação de Contas, com a delimitação “A Importância da Prestação de Contas das Fundações de Apoio às Instituições Federais de Ensino Superior”. A escolha do tema visou o aprimoramento e maior conhecimento no terceiro setor, pois se encontra em constante crescimento e com muitas oportunidades de trabalho, podendo preparar a pesquisadora para novo mercado de trabalho. O crescimento deste setor (terceiro) facilitou o entendimento e a procura por bibliografias recentes. O objetivo da pesquisa foi demonstrar a importância social da prestação de contas das fundações de apoio às instituições federais de ensino superior. Visou também, identificar as principais características dessas entidades, levantar seus aspectos relevantes, verificar como a prestação de contas contribui para maior eficiência na gestão financeira. A prestação de contas é uma das formas que o Ministério Público e os convenentes utilizam para fiscalizar a realização e execução dos recursos disponibilizados por eles. O problema foi respondido positivamente, visando demonstrar com clareza como foi a realização da administração do recurso disponibilizado para a guarda e execução dos projetos. A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi através de textos lidos e um curso realizado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), o qual despertou o interesse da pesquisadora pelo assunto abordado. A pesquisa propiciou a conclusão da importância da prestação de contas, pois registra a clareza com que os recursos foram gastos, ficando assim registrados para qualquer dúvida que porventura possa surgir durante ou posterior a sua execução.

Palavras-chaves: Prestação de Contas; Fundações e Terceiro Setor.

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO	7
1.1 Delimitação do Tema.....	8
1.1.1 <i>Justificativa do Tema</i>	9
1.2 Objetivos.....	9
1.2.1 <i>Objetivo Geral.....</i>	9
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	9
1.3 Problematização.....	9
1.4 Metodologia da Pesquisa.....	10
2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	11
2.1 O Terceiro Setor no Brasil.....	11
2.1.1 <i>Aspectos Conceituais do Terceiro Setor</i>	12
2.1.2 <i>Origem dos Recursos das Instituições do Terceiro Setor.....</i>	14
2.1.3 <i>Características das Organizações do Terceiro Setor</i>	16
2.1.4 <i>Constituição e Funcionamento de Organizações do Terceiro Setor.....</i>	17
2.2 Fundações	18
2.2.1 <i>Legislação que Regulamenta as Fundações de Apoio.....</i>	19
2.2.2 <i>Em Casos de Distorções no Estatuto.....</i>	20
2.3 Prestação de Contas do Terceiro Setor – Fundações	21
2.3.1 <i>Obrigatoriedade da Prestação de Contas nas Fundações</i>	21
2.3.2 <i>Os Recursos Utilizados pelas Fundações.....</i>	22
2.3.3 <i>Casos Onde não há Obrigatoriedade da Prestação de Contas.....</i>	22
2.3.4 <i>Prestação de Contas Parcial.....</i>	22
2.3.5 <i>Prestação de Contas Final</i>	23
2.3.6 <i>Prazo para Entrega</i>	23
2.3.7 <i>Como é Realizada a Prestação de Contas</i>	24
2.3.8 <i>Documentos Enviados.....</i>	24
2.3.9 <i>Documentação da Prestação de Contas.....</i>	24
3 CONCLUSÃO	26
4 REFERÊNCIA.....	27

1 . INTRODUÇÃO

Muitos autores como Osório Cavalcante, Aristeu de Oliveira dividem o setor econômico brasileiro em três para melhor definir e atender a sociedade. No primeiro setor está o Estado, com sua administração pública. No segundo setor estão as empresas privadas, com objetivo de obter lucro e maior espaço no mercado competitivo e, no terceiro, as organizações sem fins lucrativos.

O terceiro setor surgiu para prover algumas necessidades da sociedade, tais como reabilitação de usuários de drogas, no caso dos asilos, creches, orfanatos, entre outros. Sua estrutura é de empresa privada, mas tem como foco e missão objetivos públicos. Com isto, suas atividades se tornam mais rápidas e eficazes.

O terceiro setor é voltado para atender os aspectos sociais em um único interesse: o coletivo.

A importância do terceiro setor está sendo cada vez mais reconhecida no Brasil. Os brasileiros começam a dar maior apoio a este segmento e em alguns casos as doações podem ser deduzidas no imposto de renda. O terceiro setor vem se ocupando de algumas atividades que o Estado deveria realizar, mas que, por uma série de motivos, não o faz, como alimentar, educar e alojar as crianças que não possuem família ou que a família não tem condições para permanecer com sua tutela.

Segundo **Castro** (2003, p.3 Apud OLIVEIRA, 2006, p. 26) Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o terceiro setor chega a movimentar cerca de 3% do PIB, enquanto que, no Brasil o terceiro setor movimenta 1,5% do PIB, isto quer dizer que, concentra cerca de 250 mil organizações no país neste setor.

Estes números representam que são muitas organizações, porém não o suficiente para resolver os problemas. A sociedade cada vez mais sofre com a desigualdade social.

Estão enquadradas no terceiro setor as organizações religiosas, entidades voltadas para arte, organizações comunitárias, fundações, sindicatos, associações profissionais e outras organizações.

A origem dos recursos das entidades do terceiro setor vem dos doadores, voluntários, das contribuições e das subvenções.

As entidades inseridas no terceiro setor não visam lucro. O resultado financeiro positivo (receita ou superávit) dessas instituições deve ser convertido em interesses institucionais, investidos somente no Brasil. Este superávit não pode ser distribuído entre seus membros, e os mesmos não podem ser remunerados pela função que exercem, por serem voluntários. No terceiro setor existem dois segmentos principais a serem observados: as Associações e as Fundações.

De acordo com o Manual de Procedimentos Contábeis e Prestação e Contas das Entidades de Interesse Social (CFC, 2004), uma das diferenças entre Associação e Fundação: para se constituir uma associação é obrigatória mais de uma pessoa. Isto significa ter mais de um representante legal. Um dos fatores que facilita a administração da associação é que seus representantes não precisam ser eleitos.

Na fundação apenas uma pessoa é suficiente para que ela seja constituída, isto é, um representante legal. O representante é escolhido por cargo eletivo.

Dentre as espécies de fundações, existem as fundações de apoio, criadas por meio do Decreto nº. 5.205 de 14 de setembro de 2004.

Esse tipo de fundação foi instituída pela União Federal e tem como finalidade prestar apoio à Universidade a que está vinculada. A fundação surge para dar apoio e incentivo às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, por meio da elaboração e do gerenciamento de ações e projetos institucionais, acadêmicos e de mercado ligados às diversas áreas do conhecimento.

1.1 Delimitação do Tema

A pesquisa foi desenvolvida sobre o tema “Terceiro Setor”, com foco na seguinte delimitação: “A Importância da Prestação de Contas das Fundações de Apoio às Universidades Federais de Ensino Superior”.

1.1.1 Justificativa do Tema

A fundação de apóio à pesquisa gerencia as ações e projetos institucionais, acadêmicos e de mercado ligados às diversas áreas do conhecimento. A prestação de contas serve para verificar o que está sendo feito com o recurso e a forma como o projeto está sendo executado.

A escolha do tema pela prestação de contas das fundações do terceiro setor teve por objetivo aprofundar o conhecimento sobre sua obrigatoriedade e agregar conhecimentos, visando o aprimoramento da pesquisadora.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- O objetivo geral deste trabalho é demonstrar a importância da prestação de contas das fundações de apoio às instituições federais de ensino superior

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais características das fundações de apoio às instituições federais de ensino superior;
- Levantar aspectos relevantes da prestação de contas nestas fundações;
- Verificar como a prestação de contas contribui para maior eficiência na gestão financeira;

1.3 Problematização

A Prestação de Contas é um instrumento que promove melhorias na gestão das fundações de apoio às instituições de ensino superior?

1.4 Metodologia da Pesquisa

A metodologia da pesquisa utilizada na elaboração do trabalho, foi a bibliográfica, através do método dialético, com leitura de livros e apostilas. Além disso, visando repassar ao leitor, a real importância e necessidade da prestação de contas das fundações do terceiro setor, foram pesquisados sites específicos.

2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Existem vários tipos de fundações. Fala-se aquelas fundações de apoio às instituições de ensino superior foram criadas para dar suporte às Universidades Federais. Estas são fundamentais para o funcionamento das entidades de ensino, pois sua atividade de constante captação de recursos é uma das principais formas de .

2.1 O Terceiro Setor no Brasil

O povo brasileiro, sempre que chamado a atender às causas sociais, apresenta resposta quase que imediata. Exemplos disso são as ações empresariais, principalmente na área de comunicação (televisão e entretenimento), que ocorrem anualmente e que levam milhares de pessoas a participar, como “Criança Esperança” e outros. Note-se, no entanto, que são ações individuais para formar um “fundo” a ser aplicado por terceiros em ações sociais.

Segundo **Oliveira** (2006, p. 36), “a desorganização das ações sociais demonstra que não temos uma forte tradição comunitária”.

De outra parte, as ações comunitárias ainda estão longe de se tornar algo permanente entre a sociedade. Essas ações acontecem embora não sejam permanentes nem patrocinadas individualmente.

Rodrigues (1998, Apud OLIVEIRA, 2006, p. 36) justifica esta inconstância das ações sociais pela forma em que o Brasil foi colonizado. Seus “colonizadores quando aqui chegaram foram motivados por interesses meramente individuais”. Com o objetivo claro de abstrair riqueza do Brasil para levar para a metrópole. Como consequência, a voluntariedade não ficou enraizada na tradição.

Segundo **Castro** (2003, p.3 Apud OLIVEIRA, 2006, p. 26) O terceiro setor tem crescido. São mais de 250 mil entidades no Brasil, e isto ainda não é o bastante.

Diante das necessidades da sociedade surge um setor voltado para captar recursos e distribuição, de forma mais organizada de acordo com essas necessidades. Ou seja, instituições legalmente constituídas buscam suprir carências

de setores sociais não atendidos por ações governamentais ou por iniciativa das comunidades ou pessoas.

2.1.1 Aspectos Conceituais do Terceiro Setor

Na literatura pesquisada sobre a matéria, todos os autores descrevem basicamente da mesma forma o terceiro setor. O que muda é a forma de abordagem do tema, mas seu significado é o mesmo, tornando assim muitas vezes repetitivo. Isto poderá ser observado com as citações feitas a seguir:

O terceiro setor, de acordo com **loschpe** (2000, p. 26, Apud ARAÚJO, 2005, p. 2):

Compostas de organizações sem fins lucrativos, cujo papel principal é a participação voluntária, fora do âmbito governamental, que dão suporte às práticas da caridade, da filantropia e do mecenato, voltadas para a garantia do direito de cidadania da sociedade.

loschpe (2000, p. 41, Apud ARAÚJO, 2005, p. 2) “afirma que numa definição mais simplista, diria que se trata de todas aquelas instituições sem fins lucrativos que, a partir do âmbito privado, perseguem propósito de interesse público”.

Os representantes das entidades do terceiro setor devem ser voluntários. A instituição deve ser voltada para interesses sociais.

O terceiro setor é composto de instituições voltadas para filantropia, caridade, organizações religiosas, recuperação de viciados, ONGs, OSCIP, abrigos, orfanatos, creches e muitas outras instituições.

Conforme **Fonseca** (2000, p. 4, Apud ARAÚJO, 2005, p. 2), “organizações do terceiro setor são aqueles agentes não econômicos e não estatais que procuram atuar, coletiva e formalmente, para o bem-estar de uma comunidade ou sociedade [...]”.

O terceiro setor é voltado para atender a sociedade e é um consenso a

busca do bem comum. Todas aquelas entidades do terceiro setor que tem como seus mantenedores entes privados contribuem, de forma relevante e essencial, para as atividades do próprio Estado.

A discussão sobre o que é público ou coletivo encontra guarida no ensinamento de **Franco Coelho** (2000, p. 59, Apud ARAÚJO, 2005, p. 2), que determina:

Somente podemos dizer que têm fins públicos aquelas organizações do terceiro setor que produzem bens ou serviços de caráter público ou de interesse geral da sociedade.

São organizações do terceiro setor os “sindicatos, associações, igrejas, cooperativas ou quaisquer outras organizações que fazem contraponto ao capital, que não distribuam seu patrimônio aos associados, que ajam independentemente do Estado e de forma autônoma em relação a este”, de acordo com **Araújo** (2005, p. 4).

O terceiro setor contempla diversas organizações sem finalidade de lucro, cuja base de sustentação encontra amparo no voluntariado e na promoção do bem-estar social.

De acordo com ensinamento de **Hudson** (1999, p. 1, Apud, ARAUJO, 2005, p. 5):

As organizações participantes do terceiro setor possuem duas características principais que as diferem das demais: não distribuem lucro, como fazem as organizações do setor privado, nem estão sujeitas ao controle estatal, como as organizações do setor público.

No que se refere à expressão “não têm fins lucrativos”, **Machado** (1994, p. 197):

Não ter fins lucrativos não significa, de modo nenhum, ter receitas limitadas aos custos operacionais. Elas podem e devem ter sobras financeiras, até para que possam progredir, modernizando e ampliando suas instalações. O que não podem é distribuir lucros. São obrigadas a aplicar todas as suas disponibilidades na manutenção de seus objetivos institucionais.

O Código Civil mudou essa expressão para “sem fins econômicos”. Esta nova terminologia expressa melhor a real finalidade estatutária.

2.1.2 Origem dos Recursos das Instituições do Terceiro Setor.

Segundo **Oliveira** (2006, p. 28):

O estado não consegue cumprir sua função social. Surge então o fluxo de recursos que migra do estado para as instituições do terceiro setor através de subsídios, incentivos fiscais, repasse de verba, imunidades, isenções de tributos. Para que as ações sejam desenvolvidas, firmam-se convênios, parcerias, e também, provocadas pelos seus idealismos, são levadas a buscar recursos com os demais segmentos da sociedade organizada.

No terceiro setor, os financiadores enviam recursos para as organizações que, por seu turno, oferecem bens e serviços para os usuários em conformidade com seus objetivos.

Todo o superávit obtido nas entidades do terceiro setor deve ser revertido à finalidade definida em seu estatuto.

Segundo **Moura** (2002, p. 9, Apud, OLIVEIRA, 2006, p. 37):

Os cuidados dos financiadores ou doadores dos recursos que sustentam as ações sociais do terceiro setor registram seus esforços nos seus balanços sociais e, sem dúvida, registram suas contribuições: Desejam que o destino de suas doações seja confiável e escolhido de maneira séria segundo critérios que tragam retorno para a imagem da empresa.

Com isto as empresas ganham imagem melhor perante a sociedade.

De acordo com **Oliveira** (2006, p. 37):

As instituições do terceiro setor empreendem esforço para a captação de recursos e terem assim condições para atender a seus objetivos sociais. Muitas delas têm fontes de recursos nas próprias empresas que as constituíram, outras dependem de parcerias, outras ainda não encontraram os meios para se manterem. Existe um constante esforço para que essas instituições possam se manter.

São muitas as formas para obter recursos para manter as entidades do terceiro setor. Algumas entidades promovem festas beneficentes, bazares, doações,

jantares, vendas de materiais produzidos por voluntários. Estão sempre em busca de recursos para alcançar os seus objetivos. Outras fontes de recursos são as doações.

Sobre isto **Tachizawa** (2002, p. 269, Apud OLIVEIRA, 2006, p. 38):

Captação de recursos é a busca de recursos não exclusivos, mas predominantemente financeiros como forma de atingir a missão de uma entidade, implementando programas e projetos de organizações do Terceiro Setor. Conjuntos de técnicas destinadas a organizar e a potencializar a busca de recursos. No Brasil, existe a Associação Brasileira de Captadores de Recursos, que dispõe de um código ético para orientar a captação de recursos.

Falcão e Cuenca (1999, p. 39, Apud ARAÚJO, 2005 p. 6):

A uma entidade do Terceiro Setor não basta a autonomia política, o compromisso ideológico ou o espírito beneficente. Ela tem que ter também superávits operacionais para sobreviver economicamente. Do contrário, não passará de uma boa idéia [...] Reinvestindo, como tem de ser, possibilita a expansão e a maior eficiência na consecução do interesse público a que se propõe, e que é legítimo e a diferencia.

A expressão sem fins lucrativos está relacionada diretamente à não-distribuição de seus resultados a qualquer título, determinando que não haja vantagens financeiras a terceiros ligados a essas entidades, sejam pessoas físicas ou jurídicas, mas que há sobra financeira denominada superávit que deverá ser reaplicada em suas atividades operacionais.

O terceiro setor não dispensa a capacidade de obter superávit. Para que ele permaneça no mercado, é necessário que obtenha superávit. A diferença é que o mesmo não é distribuído, é reinvestido na entidade.

Conforme **Olak** (1996, p. 27, apud ARAÚJO, 2005, p. 6):

O crescimento do patrimônio das entidades sem fins lucrativos não está relacionado ao crescimento do patrimônio de seus associados, mantenedores, financiadores ou diretores, assertiva que o faz determinar como uma característica dessas entidades o seguinte: O patrimônio das entidades sem fins lucrativos pertence às sociedades como um todo ou segmento dela, não cabendo aos seus membros ou mantenedores quaisquer parcelas de participação econômica no mesmo.

2.1.3 Características das Organizações do Terceiro Setor

Como todos os setores, o terceiro não seria diferente, com suas peculiaridades bem distintas dos demais setores. Diferencia-se basicamente por sua voluntariedade e espontaneidade, por parte dos voluntários visando uma melhoria social.

Ioshpe (2000, p. 143, Apud ARAUJO, 2005, p. 6) considera como características mais particulares e complementares de terceiro setor:

- Não têm fins lucrativos, sendo organizações voluntárias;
- São formadas, total ou parcialmente, por cidadãos organizados voluntariamente;
- O corpo técnico normalmente é constituído por cidadãos ligados a organização por razões filosóficas;
- São orientadas para a ação; e
- Comumente são intermediárias entre o cidadão comum e entidades que podem participar da solução de problemas identificados.

Segundo **Olak** (2006, p. 7), as principais características das entidades sem fins lucrativos, denominadas organizações do terceiro setor são:

- Objetivos institucionais – provocar mudanças sociais;
- Principais fontes de recursos financeiros e materiais – doações, contribuições, subvenções e prestação de serviços comunitários;
- Lucro (superávit) – meio para atingir os objetivos institucionais e não um fim;
- Patrimônio / Resultados – não há participação / distribuição aos provedores;
- Aspectos físicos e tributários – normalmente são imunes ou isentas;

- Mensuração do resultado social – difícil de ser mensurado monetária e economicamente.

Olak (2000, p. 28, Apud ARAUJO, 2005, p. 8) afirma que essas “características são a principal diferença existente entre o terceiro setor e os demais, ainda que se considere que algumas dessas características pertencem tanto ao primeiro setor governamental, quanto ao terceiro setor”.

O terceiro setor possui características peculiares. Seus participantes não devem almejar a obtenção de lucro. São simplesmente pessoas que se reúnem em torno de interesse comum. Realizar ações de interesse social.

Para melhorar as distorções na sociedade, seus integrantes resolvem trabalhar em prol de melhorias sociais e para pessoas menos favorecidas. Isto acontece muito em instituições que vivem somente de doações como alguns orfanatos e asilos.

A atitude de liderar, comandar, gerenciar, administrar ou fundar uma destas associações ou fundações não dá direito de ser remunerado. Ao contrário, para liderar estas entidades é essencial que sejam voluntários.

A não remuneração é uma das questões que faz com que alguns gestores desprezem esse princípio para que possam ser remunerados. Só o prestígio e reconhecimento da sociedade não basta. Afinal muitos deles não exercem outras funções.

2.1.4 Constituição e Funcionamento de Organizações do Terceiro Setor

As Organizações do Terceiro Setor são pessoas jurídicas de direito privado. Podem ser constituídas como Associações ou como Fundações, conforme determina o art. 44 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

2.2 Fundações

No dizer de **Szazi** (2003, p. 37, Apud ARAUJO, 2005, p. 17):

Fundação é um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por seu instituidor. Em outras palavras o indivíduo, não necessitando que haja a reunião de pessoas para que ela exista, como se dá nas demais pessoas jurídicas existentes no ordenamento jurídico brasileiro.

Existem duas formas para constituição de uma fundação. Por ato inter-vivos: por meio de escritura Pública, com interveniência do Ministério Público e por causa mortis – por testamento, sendo indispensável a presença de Ministério Público.

As fundações são pessoas jurídicas de direito privado consiste em uma finalidade social lícita e imutável. As fundações devem prestar contas anualmente ao Ministério Público, apresentando toda a sua documentação contábil do exercício anterior e demonstrando que realizou as atividades para as quais foi instituída.

A Incumbência do Ministério Público não se limita apenas em fiscalizar, mais em acompanhar as atividades das instituições, auxiliando-as a realizar da melhor forma possível as tarefas que lhes foram expressamente designadas por seu estatuto.

A administração de uma fundação é composta de no mínimo dois órgãos: o deliberativo, também conhecido como conselho curador e o órgão executivo, também chamado de diretoria executiva ou secretaria executiva.

De acordo com o **Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social** (2004, p. 34), algumas das atribuições do órgão deliberativo são as alterações do estatuto, eleger membros do órgão executivo, aprovar a previsão orçamentária anual a ser proposta pelo órgão executivo, deliberar acerca das prestações de contas e relatórios de atividades do órgão executivo e deliberar acerca da alienação de bens imóveis e aceitação de doações com

encargos.

Já ao órgão executivo cabe executar disposições estatutárias, representar, judicialmente e extrajudicialmente a fundação, zelando pela integridade e mantendo a ordem da instituição.

As entidades do terceiro setor devem prestar conta de seus recursos, que na maioria são recursos públicos ou doações, e por isso, há obrigatoriedade da transparência das informações.

A prestação de conta do terceiro setor visa demonstrar o superávit e o déficit realizado por estas entidades, com base em documentação comprobatória de todos os fatos e atos referentes à administração de bens, valores ou interesses de outrem realizado por força da relação jurídica emergente de lei ou outros atos constitutivos.

A função social da prestação de contas é demonstrar com clareza a real utilização dos recursos disponibilizados pelos financiadores dos projetos, ficando sob a guarda da fundação todos os documentos comprobatórios de seus gastos, com acesso liberado para eventuais consultas ou dúvidas que por ventura surjam em relação à execução dos recursos.

2.2.1 *Legislação que Regulamenta as Fundações de Apoio*

O principal instrumento que regulamenta as fundações de apoio às instituições federais de ensino superior é o Decreto 5.205 de 14 de setembro de 2004.

Foi destacado por parte da pesquisadora o art. 1º § 1º e §2º art. 2º, art. 4º §1º, parágrafo único e art. 9º, em virtude de comprovar a veracidade das informações mencionadas no trabalho realizado.

Decreto nº 5.205 de 14 de setembro de 2004. Art. 1º As instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica poderão celebrar com as fundações de apoio contratos ou convênios, mediante os quais essas últimas prestarão as primeiras apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, por prazo determinado.

§ 1º Para os fins deste Decreto, consideram-se instituições federais de ensino superior as universidades federais, faculdades, faculdades integradas, escolas superiores e centros federais de educação tecnológica, vinculados ao Ministério da Educação.

§ 2º Dentre as atividades de apoio a que se refere o caput, inclui-se o gerenciamento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico.

Art. 2º A fundação de apoio poderá celebrar contratos e convênios com entidades outras que a entidade a que se propõe apoiar, desde que compatíveis com as finalidades da instituição apoiada expressas em seu plano institucional.

Art. 4º As fundações de apoio às instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica são entidades de direito privado regidas pelo disposto no Código Civil Brasileiro e na [Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994](#).

§ 1º Os membros da diretoria e dos conselhos das fundações de apoio não poderão ser remunerados pelo exercício dessas atividades, sendo permitido aos servidores das instituições apoiadas, sem prejuízo de suas atribuições funcionais, ocuparem tais cargos desde que autorizados pela instituição apoiada.

Parágrafo único. A renovação do credenciamento concedido nos termos deste artigo depende de manifestação do órgão colegiado superior da instituição apoiada na qual tenha sido aprovado o relatório de atividades apresentado pela fundação de apoio.

Art. 9º Anualmente ou sempre que exigido pela instituição apoiada, a fundação de apoio deverá submeter à aprovação do órgão colegiado da instituição balanço e relatório de gestão e das atividades desenvolvidas, bem como emitir balancetes e relatórios parciais sempre que solicitado pela instituição apoiada.

2.2.2 Em Casos de Distorções no Estatuto

Há que se verificar uma importante situação á criação de fundação citada pelo art. 62, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, o qual determina que as fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Se houver distorções no estatuto da fundação, a mesma não será constituída, ou se já em funcionamento, deverá ser extinta e o patrimônio remanescente deverá ser incorporado ao de outra fundação designada por um juiz, que proponha os mesmos fins iguais ou semelhantes ao da fundação em extinção.

Para modificações no estatuto da fundação, o Ministério Público deverá ter conhecimento de tudo que acontece, bem como deverá aprovar as alterações realizadas. Existem regras a serem seguidas: um quorum mínimo estabelecido no

estatuto, um representante legal enviado pelo Ministério Público e o envio das alterações para ser submetida à apreciação de Ministério Público.

2.3 Prestação de Contas do Terceiro Setor – Fundações

A prestação de contas é um conjunto de documentos que comprovam a realização da execução dos gastos ocorridos, de forma a apresentar a relação dos recursos recebidos e os recursos gastos que comprovam com veracidade e clareza a execução do valor financeiro.

As fundações de apoio, além de terem patrimônio público, também recebem verbas públicas para financiamento de suas atividades-fim. Esse fato obriga essas instituições a prestarem conta.

A prestação de contas nos órgãos públicos se torna ainda mais importante, pois trata-se de recursos liberados pelo governo para atender às necessidades sociais, isto é: dinheiro público para beneficiar a “todos”. Neste caso a prestação de contas além de ser algo obrigatório, também passa a ter a função de evitar os possíveis desvios de recursos.

2.3.1 Obrigatoriedade da Prestação de Contas nas Fundações

A apresentação ou a dispensa da obrigatoriedade da prestação de contas das fundações para os recursos recebidos é estipulada em cláusulas no contrato. As prestações de contas podem ser de natureza parcial, de acordo com a realização das parcelas recebidas, ou finais, mediante a entrega do produto ou finalização do objeto do trabalho desenvolvido.

Em alguns projetos não consta a obrigatoriedade da entrega da prestação de contas, mas isto não dispensa a fundação de sua elaboração, pois a mesma espelha a realização das despesas pertinentes e deve compor a pasta do projeto.

A lei não dispensa a entrega da prestação de contas no caso de recurso público, já nos caso do financiador particular e cabível a cada um solicitar ou não a realização da prestação de contas.

2.3.2 Os Recursos Utilizados pelas Fundações

A utilização dos recursos recebidos pelas fundações para execução do projeto contratado não é isenta de prestação de contas, que pode ser estipulada em cláusula do contrato ou do convênio firmado, quando, então, é obrigatória e regida por normas próprias – IN STN 01/97. (Instrução Normativa da Secretária do Tesouro Nacional).

2.3.3 Casos Onde não há Obrigatoriedade da Prestação de Contas

Em caso de convênios, a prestação de contas sempre é exigida. No caso de contratos, pode ser dispensada pelo contratante, mas a boa prática recomenda que, ao término da execução, seja elaborada uma prestação de contas final para compor o processo, visando atender a possíveis fiscalizações.

A prestação de contas é um instrumento que promover confiança porque trabalha com a confirmação dos dados informados. Realizada no intuito de fazer com que a gestão dos projetos se torne o mais transparente possível.

2.3.4 Prestação de Contas Parcial

Quando a liberação do recurso pelo órgão concedente, se dá em parcelas, a apresentação da prestação de contas pelas fundações é entregue como condicionante para liberação de outras parcelas. Ou seja, a liberação da segunda ou terceira parcela, só ocorre quando prestadas contas da parcela anterior.

Acredita-se que com a prestação de contas parcial ficará mais fácil da concedente acompanhar o que está sendo realizado com o recurso disponibilizado em parcelas. Se por ventura os gastos estiverem em desacordo com o plano de

trabalho, será possível detectar logo no começo sem que o recurso seja todo gasto em despesas não previstas em contrato.

Os valores das parcelas são estabelecidos em cláusulas firmadas entre os interessados (fundações e financiadores ou convenientes e concedentes).

2.3.5 Prestação de Contas Final

A prestação de contas trata de todas as receitas recebidas pelos projetos e todas as despesas realizadas. A prestação de contas final ocorre quando o projeto está sendo encerrado e deve conter a comprovação de devolução de possível saldo remanescente.

Em caso da fundação não prestar conta ocorre que o projeto não será encerrado e se por acaso a fundação perder o prazo para entrega da mesma, ficará sujeita a devolução do valor do projeto, pois fica subentendido a má administração do recurso.

2.3.6 Prazo para Entrega

O prazo para entrega da prestação de conta parcial das fundações está sempre estabelecido no instrumento assinado (contrato ou convênio) e geralmente deve acontecer um pouco antes do término dos recursos da parcela em execução. O prazo para entrega de prestação de contas final será sempre sessenta dias após encerramento da vigência. Se não exigida, será elaborada apenas para compor os registros da fundação.

Caso as fundações julguem necessário prorrogar o prazo para entrega da prestação de contas, deverão solicitar junto ao órgão concedente/financiador, por escrito, novo prazo, a fim de precaver-se de possíveis penalidades.

O que poderá motivar a prorrogação do prazo da entrega da prestação de contas: a demora por parte do banco para transferir do saldo remanescente, estorno de tarifa bancaria, em ambos os caso para posterior encerramento do projeto. O retorno de para onde será transferido o saldo remanescente, são muitos os caso para uma possível prorrogação.

2.3.7 Como é Realizada a Prestação de Contas

Para a realização da prestação de contas de recursos são seguidos normas e formulários estipulados pela IN STN 01/97, que regulamenta as prestações de contas para convênios. Se o instrumento de trabalho for um contrato, segue padrões próprios dos órgãos financiadores ou se mantém a essência dos formulários estipulados pela IN STN 01/97.

No caso de convênio não são aceitas prestações de conta em outro formato se não as estipuladas pela IN STN 01/97. Se não for entregue neste formado, será glosada, isto é: não será aceita. No caso de não ser aceita, a fundação terá que devolver todo o recurso liberado para o convênio.

2.3.8 Documentos Enviados

As prestações de contas dos convênios têm mais detalhes. Geralmente contém planos de trabalho mais elaborados, não contempla brechas na realização do projeto. Isto é, o recurso não pode ser gasto em outras atividades que as estabelecidas no convênio.

As prestações de contas de contratos em sua grande maioria não têm um plano de trabalho tão elaborado facilitando assim sua execução, pois o que o projeto necessita não há necessidade de ficar enviando pedido para liberação de compras e isto faz com que sua execução seja mais rápida.

2.3.9 Documentação da Prestação de Contas

Documentos para compor a prestação de contas das fundações não têm peculiaridade. Por isto, segue a mesma rotina das demais, isto é, juntamente com as prestações de contas devem ser enviados todos aqueles documentos enviados para qualquer outra prestação de contas. Os formulários enviados são:

- Relatório de cumprimento do objeto;
- Plano de trabalho;

- Cópia do termo de convênio e aditivos;
- Relatório de execução físico-financeira;
- Demonstração da Execução da Receita e da Despesa;
- Relação de pagamentos;
- Relação de bens adquiridos;
- Extratos bancários da conta do projeto;
- Termo de aceitação definitiva da obra (se houver);
- Comprovante de devolução do saldo remanescente;
- Homologação e despachos adjudicatórios das licitações ou justificativas de dispensa ou inegibilidade.

A apresentação desses documentos é indispensável para a comprovação de uma boa administração do projeto. Em caso da não entrega ou da entrega parcial dos documentos, o concedente enviará um documento solicitando as possíveis pendências e informando o prazo para a entrega da mesma. A fundação deverá providenciar os documentos e enviar dentro do prazo estabelecido. Em caso do não cumprimento a fundação estará sujeita a devolução de todo o recurso disponibilizado para o referido projeto.

A importância social da prestação de contas é verificar se as finalidades das fundações estão sendo realmente cumpridas, e confirmar se segue as finalidades estabelecidas em seu estatuto.

Visando evidenciar melhor a prestação de contas, foi colocado no trabalho de pesquisa um modelo na forma preconizada pela IN do STN 01/97. Também consta um modelo de carta, que segue em anexo informando os documentos que serão enviados junto da prestação de contas. Para esta demonstração não foi possível disponibilizar todos os documentos mencionados na carta, mais sim os formulários necessários para esta demonstração.

3 CONCLUSÃO

O terceiro setor reúne os mais diversos tipos de organizações sem fins lucrativos e sua principal característica é o alcance do bem comum. A importância do terceiro setor na economia brasileira é reconhecida, principalmente, devido ao efetivo apoio ao Estado na sua missão de atender a sociedade.

O trabalho apresentado visou, com sua pesquisa, demonstrar a importância social das Fundações de Apoio às Universidades Federais de Ensino Superior, bem como o papel da prestação de contas destas Fundações, como meio de oferecer transparência à sociedade e ao governo.

A pesquisa primeiramente identificou as principais características das fundações de apoio às instituições federais de ensino superior e buscou realizar o levantamento dos aspectos relevantes da prestação de contas destas fundações.

Verificou, ainda, como a prestação de contas contribui para a maior eficiência na gestão financeira das fundações de apoio, evidenciando principalmente, a importância da prestação de contas para estas fundações e para a sociedade.

A questão inicialmente levantada, na problematização e nos objetivos, sobre a importância da prestação de contas ser um instrumento que promove melhorias na gestão das fundações de apoio às instituições de ensino superior, foi respondida positivamente pelas evidências obtidas por meio das pesquisas e levantamentos efetuados ao longo da realização deste trabalho.

Nas entidades de interesse social, como fundações, ONGs e outras, a apresentação e análise da prestação de contas pelos órgãos fiscalizadores tem como objetivo social a proteção e o respeito às finalidades sociais das pessoas jurídicas obrigadas a prestar conta, ou seja verificou se os mesmos não estão fugindo de suas finalidades estatutárias.

4 REFERÊNCIA

ARAÚJO, Osório Cavalcante. *Contabilidade para organizações do terceiro setor*. São Paulo: Atlas, 2005.

ALBUQUERQUE, Eduardo. *Roteiro de prestação de contas fundações*. Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse social. Brasília: 2005.

Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social / Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: CFC, 2004 2º Edição.

OLIVEIRA, Aristeu de. *Manual do terceiro setor e instituições religiosas*. São Paulo: Atlas, 2006.

OLAK, Paulo Arnaldo. *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)*. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil Subchefia de Assuntos Jurídicos, Decreto nº 5.205 de 14 de setembro de 2004, as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e as fundações de apoio http://ftp.mct.gov.br/legis/decretos/5205_2004.htm Acesso em: 20 de março 2007.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, **Instrução Normativa STN Nº. 01, 15 de janeiro de 1997**. Disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e da outras providências. Disponível em: < <http://www.convenios.org.br/conv> > Acesso em: 20 março 2007.

Anexo I

CARTA GP/RO/PC 0067/2006

Brasília/DF, 28 de julho de 2006.

REMESSA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
CV 014/ANTT/2005 (COD FUB SCO 05606)
C/C 29.396-2
PERÍODO 09/11/05 A 28/07/06

De ordem, estamos encaminhando a prestação de contas em referência, contendo os seguintes elementos de informação:

1. Cópia do Convênio e Aditivo;
2. Plano de Trabalho;
3. Cumprimento do Objeto;
4. Execução Físico-Financeira;
5. Execução da Receita e da Despesa ;
6. Comprovante de Devolução do Saldo Remanescente;
7. Relação de Pagamentos/Créditos;
8. Relação de Bens;
9. Extratos c/corrente e aplicação;
10. Cópias dos documentos fiscais

De acordo com a legislação vigente, informamos que a documentação original comprobatória das despesas encontra-se devidamente arquivados e em boa guarda nesta Fundação, à disposição para os órgãos fiscalizadores

Para atender exigências internas e de órgãos fiscalizadores, favor providenciar a assinatura/devolução dos termos de aceitação, conforme modelos anexo.

Atenciosamente,

Cristiane M. M. da Silva
PGRO/PC

DCF/SPC/UnB
Campus Universitário
At Sr xxxxxxxx
Nesta

Anexo II

TERMO DE ACEITAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DE SERVIÇO

REMESSA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
CV 014/ANTT/2005 (COD FUB SCO 05606)
C/C 29.396-2
PERIODO 09/11/05 A 28/07/06

Tendo em vista o término da vigência do instrumento acima mencionado, celebrado com a FUBRA – Fundação Universitária de Brasília declaramos aceitar em caráter definitivo a prestação de contas e os serviços executados para gerenciamento do Projeto, estando tudo dentro das formalidades exigidas e de acordo com o objeto do contrato ou Plano de Trabalho, previamente aprovado.

Brasília/DF, ____/____/____

Assinatura do Coordenador/Responsável

Anexo III

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

REMESSA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL
CV 014/ANTT/2005 (COD FUB SCO 05606)
C/C 29.396-2
PERIODO 09/11/05 A 28/07/06

Atestamos, para os devidos fins, que a FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE BRASÍLIA – FUBRA, CNPJ 03.151.583/0001-40, com sede na SCLN 208 – BLOCO D – 1º E 2º ANDARES, Brasília/DF, como instituição voltada para a busca da inovação e do conhecimento por meio da promoção de estudos, pesquisas e projetos, demonstrou capacidade, pontualidade e designou profissionais qualificados para execução de maneira eficiente a parceria no projeto acima mencionado, nada havendo que a desabone.

Brasília/DF,

Órgão contratante/conveniente

Relatório de Execução Físico-Financeiro - Anexo IV

COD FUB SCO 05606

Executor: Fundação Universitária de Brasília- FUBRA	CV 014/ANTT/2005	Período: 09/11/2005 A 28/07/2006
--	------------------	-------------------------------------

Meta	Etapas Fase	Descrição	Indicador Físico	Duração		
EXERCÍCIO 2006						
				INICIO	TERMINO	OBS
	1	Apresentar o perfil da legislação brasileira associada à tramitação de carga nos modos de transporte	Relat	09/12/05	09/07/06	Etapa 1 executada 100%
	2	Apresentar quadro das entidades que direta e indiretamente estejam envolvidas c/a operação, uso e/ou relação dos diferentes modais do país	Relat	09/12/05	09/07/06	Etapa 1 executada 100%
		. Mapear os macro-proc e inter-relações dessas entidades	Relat	09/12/05	09/07/06	Etapa 1 executada 95%
	3	Relacionar os principais entraves burocráticos e tributários p/utilização da intermodalidade e multimodalidade no Brasil	Relat			
	4	Propor e/ou recomendar ações para que a interconexão entre o transporte terrestre e as outras modalidades seja feita de forma eficiente: maior produtividade, menores custos de produção e de transação (redução da burocracia) e maior qualidade	Relat			
	5	Apresentar e colocar em discussão os resultados da pesquisa p/representantes de transporte de entidades públicas e privadas	Fórum + Rel final			
TOTAL						

FINANCEIRO									
Meta	Etapas Fase	Realizado no Período				Realizado até o Período			
		Concedente	Executor	Outros	Total	Concedente	Executor	Outros	Total
		160.985,33			160.985,33	160.985,33			160.985,33
TOTAL		160.985,33			160.985,33	160.985,33			160.985,33

Autenticação	
Data	28/7/2006
Cristiane M. M. da Silva GPRO/PC	Diretor Presidente

Parecer Técnico:	Parecer Financeiro:
------------------	---------------------

Aprovação do Ordenador de Despesa:	Parecer Financeiro:
Local/Data:	Assinatura

EXECUÇÃO DA RECEITA E DESPESAS - Anexo V**COD FUB SCO 05606**

NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE Fundação Universitária de Brasília- FUBRA	PROCESSO DE CONCESSÃO Nº 50500.043665/2005-68	EXERCÍCIO 2.006
CGC 03.151.583/0001-40	CONVÊNIO 014/ANTT/2005	UF DF
TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: (x) PARCIAL de (X) FINAL - EXECUÇÃO DO CONVÊNIO Período de : 09/11/2005 A 28/07/2006		

RECEITA			DESPESA		
Valor recebido			Despesas/Custeio		161.044,93
19/1/2006	FATURA 002009/1	88.254,54	33.90.14	DIARIAS	4.900,00
30/6/2006	FATURA 002238/1	88.254,54	33.90.18	BOLSAS	-
			33.90.30	M CONSUMO	4.287,36
			33.90.33	PASSAGENS	4.186,68
			33.90.36	OST P FISICA	-
			33.90.39	OST P JURIDICA	146.883,30
			33.90.47	ENCARGOS/CPMF	787,59
Outros Créditos			Saldo Devolvido a FUB		15.624,09
R Aplic financeira cf planilha		159,94	28/07/06 C/corrente		15.624,09
			Aplic Financeira		-
TOTAL		176.669,02	TOTAL		176.669,02

AUTENTICAÇÃO

DATA: 28/7/2006

Cristiane M. M. da Silva
GPRO/PC

Diretor Presidente

ANEXO VI

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS

COD FUB SCO 05606

CONVENIENTE:			Fundação Universitária de Brasília- FUBRA		PROC CONCESSÃO		50500.043665/2005-68		CONVÊNIO		014/ANTT/2005	
NOME DO PROJETO:			TRANSPORTE MULTIMODAL		TIPO PC		PARCIAL		FINAL		X	
C/CORRENTE											PERÍODO	
											09/11/05 A 30/05/06	
REC	ITEM	BENEFICIÁRIO	CNPJ/CPF	N DESP	T TRF	DT DOC	TIPO	DOCUM	DT PAG	DEBITO		
1	1	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339047	DEB. AUT.	27/01/06	EXT	CPMF/EXTR	27/01/06	23,47		
1	2	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339039	60602	02/02/06	EXT	TBCO	02/02/06	14,50		
1	3	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339047	DEB. AUT.	10/02/06	EXT	CPMF/EXTR	10/02/06	0,05		
1	4	MI - MANAGEMENT SOC DE PROFIS. ASSOCIADOS	05.443.449/0001-48	339039	CNAB10601	17/02/06	NF	0971/1	20/02/06	25.000,00		
1	5	EXPERTISE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	06.106.134/0001-78	339039	CNAB10601	17/02/06	NF	0055/1	20/02/06	14.077,50		
1	6	RECEITA FEDERAL - IRRF-PJ - 1708	00.394.460/0160-64	339039	22001	17/02/06	NF	0055/1	20/02/06	225,00		
1	7	RECEITA FEDERAL - PIS/COFINS/CSLL - 5952	00.394.460/0160-64	339039	22002	17/02/06	NF	0055/1	20/02/06	697,50		
1	8	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339039	53731	24/02/06	EXT	TBCO	24/02/06	8,44		
1	9	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339047	DEB. AUT.	24/02/06	EXT	CPMF/EXTR	24/02/06	152,00		
1	10	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339039	53731	24/02/06	EXT	TBCO	24/02/06	39,07		
1	11	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339039	60302	02/03/06	EXT	TBCO	02/03/06	14,50		
1	12	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339047	DEB. AUT.	03/03/06	EXT	CPMF/EXTR	03/03/06	0,18		
1	13	MICRODIDATA INFORMATICA LTDA - EPP	00.952.553/0001-44	339030	CNAB10757	24/02/06	NF	4665/1	07/03/06	286,44		
1	14	MICRODIDATA INFORMATICA LTDA - EPP	00.952.553/0001-44	339030	CNAB10786	24/02/06	NF	4664/1	08/03/06	1.281,60		
1	15	MPAS - INSS RETIDO TERCEIROS - PJ	29.979.036/0001-40	339039	30901	03/03/06	NF	0068/1	09/03/06	874,50		
1	16	SATELITE COM. DE EQUIP P/ INFORMATICA LTDA EPP	06.256.567/0001-00	339039	8183	03/03/06	NF	0068/1	09/03/06	7.075,50		
1	17	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339047	DEB. AUT.	14/03/06	EXT	CPMF/EXTR	14/03/06	36,21		
1	18	NATHAN'S REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA	04.191.350/0001-33	339030	CNAB10929	09/03/06	NF	00298/1	15/03/06	1.435,20		
1	19	NET PAPER PAPELARIA E INFORMATICA LTDA-ME	04.412.646/0001-37	339030	CNAB10929	09/03/06	NF	4728/1	15/03/06	302,12		
1	20	DUAL LINK COMPUTADORES LTDA EPP	06.968.411/0001-51	339030	CNAB11062	17/03/06	NF	0750/1	22/03/06	495,00		
1	21	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339047	DEB. AUT.	22/03/06	EXT	CPMF/EXTR	22/03/06	6,60		
1	22	MIDWAY COMPONENTES E ACESSORIOS LTDA.	02.838.387/0001-85	339030	CNAB11083	17/03/06	NF	1556/1	23/03/06	487,00		
1	23	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	00.00.00	53731	31/03/06	EXT	TBCO	31/03/06	8,63		
1	24	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	00.00.00	53731	31/03/06	EXT	TBCO	31/03/06	20,94		
1	25	EDWIN PINTO SILVA	808.662.987-20	339014	CNAB11249	30/03/06	REC	4920/1	03/04/06	1.000,00		
1	26	LEANDRO LOPES BERNALES	811.208.691-53	339014	CNAB11249	30/03/06	REC	4921/1	03/04/06	1.000,00		
1	27	ANDRE DE OLIVEIRA NUNES	007.421.514-09	339014	10447	30/03/06	REC	4922/1	04/04/06	1.000,00		
1	28	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339039	60404	04/04/06	EXT	TBCO	04/04/06	14,50		
1	29	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339047	DEB. AUT.	04/04/06	EXT	CPMF/EXTR	04/04/06	3,84		
1	30	MI - MANAGEMENT SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS ASSOCIADOS	05.443.449/0001-48	339039	CNAB11338	04/04/06	NF	1453/1	06/04/06	10.980,00		
1	31	CAPRI TURISMO PASSAGENS E EXCURSOES LTDA	37.084.027/0001-10	339033	CNAB11456	05/04/06	FAT	00000346/1	12/04/06	1.962,72		
1	32	BANCO DO BRASIL S/A - AG. UNB	00.000.000/4049-50	339047	DEB. AUT.	12/04/06	EXT	CPMF/EXTR	12/04/06	53,17		
1	33	ALESSANDRO MARCIO VAZ	626.318.611-91	339014	CNAB11529	13/04/06	REC	6197/1	17/04/06	400,00		
						SUBTOTAL					68.976,18	
						TOTAL ACUMULADO					68.976,18	

ANEXO VII

Demonstrativo dos Ganhos Auferidos com Aplicações Financeiras

Unidade Executora:	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE BRASÍLIA	Convênio N.º:	CV 014/1NTT/2005
Projeto:	29.396-2 TRANSPORTE MULTIMODAL	Período:	09/11/05 A 28/07/2006

APLICAÇÃO FINANCEIRA

Período	Saldo anterior	Valor Aplicado no período	Valor Resgatado no Período	Imposto de Renda Tx Saída	Rendimento Bruto	Rendimento Líquido	Saldo
Saldo anterior	-	-	-	-	-	-	-
JAN/06		6.177,82				-	6.177,82
FEV/06	6.177,82				46,15	46,15	6.223,97
MAR/06	6.223,97				34,97	34,97	6.258,94
ABRIL/06	6.258,94				35,01	35,01	6.293,95
MAIO/06	6.293,95				43,81	43,81	6.337,76
JUN/06	6.337,76		6.337,76				-
JUL/06	-					-	-
AGO/06	-					-	-
SET/06	-					-	-
OUT/06	-					-	-
NOV/06	-					-	-
DEZ/06	-					-	-
	-					-	-
	-					-	-
	-					-	-
	-					-	-
	-					-	-
	-					-	-
	-					-	-
	-					-	-
TOTAL		6.177,82	6.337,76	-	159,94	159,94	

Cristiane M. M.da Silva

GPRO/Prestação de Contas

Diretor Presidente

RELAÇÃO DE BENS (Adquiridos, Produzidos ou Construídos) - ANEXO VIII					
CONVENENTE		PROC CONCESSÃO		CV/NR/ANO	
Fundação Universitária de Brasília		50500.043665/2005-68		014/ANTT/2005	
TIPO DE PRESTAÇÃO D TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS					
PARCIAL PERÍODO		PARCELA NR 01ª E 02ª		FINAL/PERÍODO DE EXEC DO CV	
				DE 09/11/2005 A 28/07/2006	
DOC/TIPO NR	DATA	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	V UNIT	V TOTAL
		NÃO HOUVE AQUISIÇÃO OU PRODUÇÃO BENS			
TOTAL DA PÁGINA					-
TOTAL ACUMULADO					-
AUTENTICAÇÃO					
DATA:					
Cristiane M. M.da Silva			Diretor Presidente		
GPRO/Prestação de Contas					

COD FUB SCO 05606		
Relatório de Cumprimento do Objeto - ANEXO IX		
(Art. 28 IN/STN 1 DE 15/01/97)		
1- ORGAO OU ENTIDADE PROPONENTE, CF CARTÃO DO CNPJ		
FUB/ANTT/FUBRA		
2- PROCESSO DE CONCESSÃO	3- EXERCICIO	
50500.43665/2005-68		2006
4- CNPJ	5- CONVÊNIO NR	6- UF
03.151.583/0001-40	CONVENIO 014/ANTT/2005	
7- TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS		
7.1 PARCIAL - EXECUÇÃO DA PARCELA Nº	7.2 FINAL - EXECUÇÃO DO CONVÊNIO	
DE A	DE: 09/11/2005 A 28/07/2006	
8. RELATORIO CONSUBSTANCIADO		
8.1 - AÇÕES PROGRAMADAS Identificação dos países onde opera o sistema multimodal Levantamento do estado da arte da legislação brasileira e de outros países onde funciona o sistema multimodal Compilação da legislação pertinente Análise comparativa das legislações pesquisadas		
8.2 - AÇÕES EXECUTADAS Todas as ações programadas		
8.3- BENEFICIOS ALCANÇADOS: Legislação relacionada à tramitação de carga comentada e comparada.		
9- AUTENTICAÇÃO		
DATA:	28/7/2006	
Cristiane M. M. da Silva PGRO/PC		Diretor Presidente

CONCILIAÇÃO BANCARIA - ANEXO X

CONVENENTE	PROC CONCESSAO	CV NR
Fundação Universitária de Brasília- FUBRA		014/ANTT/2005
	COD FUB SCO	5606
TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	FINAL: PERIODO DE EXEC DO CV	
PARCIAL: PERIODO DE EXEC PARC NR		
DE 09/11/05 A 30/05/2006	DE:	
FONTE DE RECURSOS		

Dados Bancários:

Banco/nº 001	Agência/º 3603-X	Conta Corrente/nº 29.396-2
-----------------	---------------------	-------------------------------

Conciliação

A- SALDO BANCARIO EM:	28/7/2006	R\$	15.624,09
B- (-) VALORES PAGOS CF RELAÇÃO DE PAGAMENTOS		R\$	0,00
C- (-) DEB CONTAB/NÃO CONSTANTES DO EXT BCO		R\$	0,00
D- (+) CRD CONTAB CONSTANTES DO EXT BCO		R\$	0,00
E- (-) DEB CONSTANTES DO EXT BC NÃO CONTABILIZADOS		R\$	0,00
F- (+) CRED CONSTANTES DO EXT BC NÃO CONTABILIZADOS		R\$	0,00
F- SDO DO DEMONSTRATIVO DA EXEC FINANC EM:	28/7/2006	R\$	15.624,09

Discriminação

C- DEB CONT NÃO CONST DO EXT			D- CRD CONT NÃO CONST DO EXT		
Nº DO DOCUM.	DATA	VALOR	Nº DO DOCUM.	DATA	VALOR
TOTAL - C		0,00	TOTAL - D		0,00

E- DEB CONST DO EXT NÃO CONTAB			F- CRED CONST DO EXT NÃO CONTAB		
Nº DO DOCUM.	DATA	VALOR	Nº DO DOCUM.	DATA	VALOR
TOTAL - E		0,00	TOTAL - F		-

OBSERVAÇÕES

- O VALOR CONCILIADO COINCIDE COM O SALDO CONSTANTE DO CAMPO 14 - RELATORIO DA EXECUÇÃO FISICO-FINANCEIRA - ANEXO XI
- OS LANÇAMENTOS DOS ITENS C e D ESTÃO EXPLICITADOS DETALHADAMENTE NO RODAPÉ DESTE DOCUMENTO

13- AUTENTICAÇÃO

DATA: 28/7/2006
Cristiane M. M.da Silva GPRO/Prestação de Contas
Diretor Presidente

SISBB – SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO DO BRASIL

31/07/2006 – AUTO-ATENDIMENTO - 14.11.01

3603X03603

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: XXXXX CV ANTT TRANS IN1

AGENCIA: 3603-X CONTA: 29.396-2

EFETUADO POR: XXXXXXXXXXXXXXXX

=====

CONVENIO GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO

CODIGO DE BARRAS

899400001556-0 24090001010-1 95523122883-4
00117920000-1

Data do pagamento	31/07/2006
NRO de Referencia	293962
Competência MM/AAAA	07/2006
Data de Vencimento	31/07/2006
CNPJ	XXXXXXXX/XXXXX-XX
Valor Principal	15.624,09
Desconto / Abatimento	0,00
Outras Deduções	0,00
Mora / Multa	0,00
Juros / Encargos	0,00
Outros Acrescimos	0,00
Valor Total	15.624,09

=====

DOCUMENTO: 073101

AUTENTICAÇÃO SISBB:

4.61C.82C.CDE.5D9.B39